

PLATAFORMA POLÍTICA

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com interesses dos trabalhadores que ele representa, mas, ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva, a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do Partido. Seus itens – tradução do programa do Partido nos diferentes momentos da luta – devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente, de fato, os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos – ou formas de luta – para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em três grandes áreas, que estão intimamente interligadas.

1. LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

- Sindicatos livres e independentes do Estados: extinção do imposto sindical, fim do estatuto padrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente;
- Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho;
- Legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores;
- Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos;
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores;
- Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva);
- Anistia ampla, geral e irrestrita. Reintegração em seus cargos de todas aqueles que foram demitidos ou aposentados por força de atos excepcionais;
- Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos paramilitares;
- Fim das torturas, investigação de todas as arbitrariedades policiais e punição dos responsáveis;
- Fim dos tribunais de exceção;
- Fim imediato das eleições indiretas;
- Eleições livres e diretas;
- Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;
- Pelo fim do regime militar;
- Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;
- Por um governo dos trabalhadores.

2. MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

- Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário , também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;
- Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores;
- Escala móvel de salários cada vez que o custo de vida aumente 5% ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;
- Eliminação total das horas extras;
- Contrato coletivo de trabalho;
- Contra o desemprego. Pelo salário desemprego;
- Estabilidade no emprego a partir da admissão;
- Férias pagas em dobro;
- Aposentadoria integral;
- Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;
- Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;
- Congelamento de preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;
- Socialização da Medicina e desenvolvimento da Medicina Preventiva;
- Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para a população;
- Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;
- Pelo fim da mão das empreiteiras locadoras de mão de obra.

3. QUESTÃO NACIONAL

- Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
- Título de posse da terra aos posseiros;
- Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários;
- Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- Estatização das grandes empresas e bancos;
- Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura;
- Controle popular dos fundos públicos;
- Respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o País. Respeito aos direitos das minorias raciais;
- Política econômica e social que impeça desníveis regionais;
- Política externa independente.

NOTA CONTRA A REFORMA PARTIDÁRIA

Mais uma vez, o governo procura barrar as aspirações de real democratização do país, através de um arremedo de lei. O projeto de reformulação partidária mostra, de novo, que, nesse regime, a lei não é igual para todos. Seus artigos, parágrafos e incisos têm endereço certo: procuram colocar tropeços à sobrevivência do MDB; procuram impedir a organização de partidos representativos e democráticos; procuram diminuir a importância política das grandes concentrações urbanas e, especialmente, impedir que os trabalhadores se organizem politicamente; procuram descaracterizar o conteúdo social das correntes políticas.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não se surpreende com mais esta jogada golpista. Em nenhum momento tivemos a ilusão de que a liberdade fosse dada de mão beijada pelo regime. Continuaremos a lutar pela plena liberdade de organização partidária para todas as correntes políticas. Colocamo-nos ao lado de todas as forças democráticas, que se unem no repúdio ao projeto partidário do governo.

Grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, cuja legitimidade é assegurada pelo apoio dos trabalhadores e do povo, continuará a lutar por sua organização legal.

NORMAS TRANSITÓRIAS

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional, abaixo mencionado, e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente.

Seguem-se as sugestões:

1. O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc. proclama sua decisão de lutar pela sua legalização.

2. Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende, agora, iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças.

3. O PT deverá iniciar, oportunamente, uma campanha de assinaturas, através de uma ampla imobilização de massas, visando divulgar sua proposta. As listas de assinaturas deverão ser nacionalmente uniformes.

4. O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/79 e da Declaração Política de 13/10/79.

5. Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória.

6. No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos – que serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação.

7. Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlaces com os organismos superiores do Movimento.

8. É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal.

9. Fica convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT num prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação das formas de organização e de um documento político básico do Movimento pelo PT.

10. Fica formada uma Comissão Nacional Provisória, composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros, para efeito de agilização dos trabalhos referidos aos itens anteriores.